



## RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE MONTENEGRO EM 05.03.2015

Aos 05 dias do mês de março de 2015, compareceu à sede da Vara do Trabalho de Montenegro a Excelentíssima Senhora **BEATRIZ RENCK**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada do Assessor Jurídico da Corregedoria, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, e da servidora Vera Regina Salimen Agrello, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0000111-26.2015.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Juíza Titular, Glória Valério Bangel, pela Diretora de Secretaria, Joice Aparecida dos Santos Kreiss, e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 18.07.1967

Data da última correição realizada: 12.03.2014

Jurisdição: Barão, Brochier, Harmonia, Maratá, Montenegro, Pareci Novo, Salvador do Sul, São José do Sul e São Pedro da Serra.

#### **1.1 Período Correccionado: de 1º.01.2014 a 05.03.2015**

### 2 ESTRUTURA FUNCIONAL

#### **2.1 JUÍZES**

##### **2.1.1 Regime de Lotação**

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a Vara do Trabalho de Montenegro pertence à 62ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição compreende 01 vaga de zoneamento, ocupada pelo magistrado **Eliseu Cardozo Barcellos**.

##### **2.1.2 Juíza Atual**

Juíza	Situação	Período
Glória Valério Bangel	<b>Juíza Titular</b>	Desde 10.12.2013

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 05.02.2015)



### 2.1.3 Juizes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
*	Glória Valério Bangel	Desde 10.12.2013	<b>Juíza Titular</b>	-
1	Carolina Cauduro Dias de Paiva	<b>06.02 a 09.03.2014</b>	Atuação em razão das férias da Juíza Titular	34 dias
2	Eliseu Cardozo Barcellos (Juiz Substituto Zoneado)	<b>10.03 a 04.05.2014</b> 15.09 a 14.10.2014	Atuação como Juiz auxiliar	142 dias
		14.07 a 12.08.2014 07 a 10.01.2015 12.01 a 05.02.2015	Atuação em razão das férias da Juíza Titular	
3	Carlos Ernesto Maranhão Busatto	<b>24.03 a 04.04.2014</b>	Atuação em razão do afastamento da Juíza Titular para proferir sentenças de seu resíduo	11 dias
4	Átila da Rold Roesler	<b>05 a 09.05.2014</b>	Atuação como Juiz auxiliar	5 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 05.02.2015)

### 2.1.4 Afastamentos da Juíza Titular durante o Período Correcionado

	Juiz (a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Titular	Glória Valério Bangel	Férias	<b>06.02 a 09.03.2014</b> <b>14.07 a 12.08.2014</b> <b>07 a 10.01.2015</b> <b>12.01 a 05.02.2015</b>	107 dias
		Desconvocação para proferir sentenças de seu resíduo	<b>24.03 a 04.04.2014</b>	

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 05.02.2015)

## 2.2 SERVIDORES

### 2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Joice Aparecida dos Santos Kreiss (Em férias)	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Diretora de Secretaria (CJ3)</b>	31.12.1999
2	Arine Catenaci de Lima	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Assistente de Juiz Titular (FC05)</b>	16.12.2013



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

*	William de Cesaro	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Assistente de Juiz Substituto (FC05)</b>	01.10.2012
3	José Valdir Kuhn	Analista Judiciário - Área Administrativa	<b>Assistente de Diretora de Secretaria (FC04)</b>	19.04.2004
4	Laura Maria Guimarães Mangeon de Andrade	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Secretário de Audiência (FC03)</b>	27.06.1996
5	Eliana Berwanger Amador	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	<b>05.02.2007</b>
6	Diego Airoso da Motta	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	<b>12.09.2007</b>
7	Carlos Roberto Cervi	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Assistente (FC02)</b>	<b>10.09.2010</b>
8	Iolanda Maria Pohren Reis***	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>13.03.2007</b>
9	Beatriz Maia Camejo**	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>05.03.2014</b>
10	Diogo da Costa Borges	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	<b>24.11.2014</b>
*	Eno Mews	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>21.07.1997</b>
*	André Giuliano Santos de Souza	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>23.01.2006</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 09.02.2015)

\* Servidor ocupante de Função Comissionada de Assistente de Juiz Substituto (FC05) não conta para fins de lotação na Unidade Judiciária.

\* Servidor que ocupa cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal não conta para fins de lotação na Unidade Judiciária.

\*\* Servidora registra lotação anterior na Unidade Judiciária de 03.05.2010 a 04.06.2013.

\*\*\* Servidora registra lotações anteriores na Unidade Judiciária de 06.09.1993 a 08.08.2002 e 05.03.2003 a 09.11.2005.



## 2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2012, 2013 e 2014)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.204 processos	1.001 a 1.500	<b>10 servidores</b>	11 a 12 servidores

De acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, com as alterações previstas na Resolução nº 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores da Vara do Trabalho de Montenegro está **abaixo** do parâmetro previsto na referida norma.

## 2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
<b>André Giuliano Santos de Souza</b>	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	9	<b>9</b>
<b>Arine Catenaci de Lima</b>	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições	5	<b>5</b>
<b>Beatriz Maia Camejo*</b> (desde 05.03.2014)	Curso ou Evento	5	<b>20</b>
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	15	
<b>Carlos Roberto Cervi</b>	Curso ou Evento	1	<b>10</b>
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	9	
<b>Diego Airoso da Motta</b>	Curso ou Evento	1	<b>1</b>
<b>Diogo da Costa Borges*</b> (desde 24.11.2014)	-	-	-
<b>Eliana Berwanger Amador</b>	Curso ou Evento	2	<b>2</b>
<b>Eno Mews</b>	Curso ou Evento	1	<b>9</b>
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	8	
<b>Iolanda Maria Pohren Reis</b>	-	-	-
<b>Joice Aparecida dos Santos Kreiss</b>	Curso ou Evento	4	<b>4</b>
<b>José Valdir Kuhn</b>	Curso ou Evento	1	<b>2</b>
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	
<b>Laura Maria Guimarães Mangeon de Andrade</b>	Curso ou Evento	1	<b>1</b>
<b>William de Cesaro</b>	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 09.02.2015)



\* Servidor(a) lotado(a) na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

## 2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Rosemari Teresinha Brados Farias	29.07.13	<b>04.02.14</b>	6 meses e 6 dias	Lotação na Secretaria de Gestão de Pessoas
2	Paulo Tarso Villela Gomes	17.09.13	<b>05.02.14</b>	4 meses e 19 dias	Lotação na Vara do Trabalho de Rosário do Sul – Assistente (FC02)
3	Celia Maria Marques Ramos	13.01.14	<b>09.03.14</b>	1 mês e 27 dias	Lotação na 1ª Vara do Trabalho de Santa Cruz do Sul – Assistente de Juiz (FC05)
4	Alessandra Pereira de Andrade	08.08.05	<b>21.07.14</b>	8 anos, 11 meses e 14 dias	Lotação na 9ª Vara do Trabalho de Porto Alegre – Assistente (FC02)

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 09.02.2015)

## 2.2.5 Estagiários

	Estagiária	Curso em Andamento	Período
1	<b>Angeli Mariléia Neis</b>	Superior em Direito	01.10.2013 a 27.02.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 09.02.2015)

## 2.3 CAPACITAÇÃO

### 2.3.1 Capacitação da Juíza Titular e do Juiz Substituto Zoneado durante o Período Correccionado

Juiz (a)		Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Titular	<b>Glória Valério Bangel</b>	-	8	29	<b>37</b>
Substituto zoneado	<b>Eliseu Cardozo Barcellos</b>	-	-	45,5	<b>45,5</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 09.02.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica.)



### 2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
André Giuliano Santos de Souza	-	4	-	4
Arine Catenaci de Lima	-	-	4,5	4,5
Beatriz Maia Camejo	-	20	52	72
Carlos Roberto Cervi	-	20	120	140
Diego Airoso da Motta	-	26	-	26
Diogo da Costa Borges	-	-	15	15
Eliana Berwanger Amador	-	20	95	115
Eno Mews	-	4	108	112
Iolanda Maria Pohren Reis	-	20	-	20
Joice Aparecida dos Santos Kreiss*	-	20	59,5	79,5
José Valdir Kuhn	-	20	47	67
Laura Maria Guimarães Mangeon de Andrade	-	26	50	76
William De Cesaro	-	-	7	7

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 09.02.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica.)

\* Gestora da Unidade Judiciária.

### 3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

#### 3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.01)	Variação 2014-2015
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	1.492	1.410	-5,50%	1.434	1,70%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	132	264	100,00%	256	-3,03%
Pendentes de finalização na fase de execução***	1.195	1.290	7,95%	1.313	1,78%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	30	46	53,33%	48	4,35%
<b>Total</b>	<b>2.849</b>	<b>3.010</b>	<b>5,65%</b>	<b>3.051</b>	<b>1,36%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 18.02.2015)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

\* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

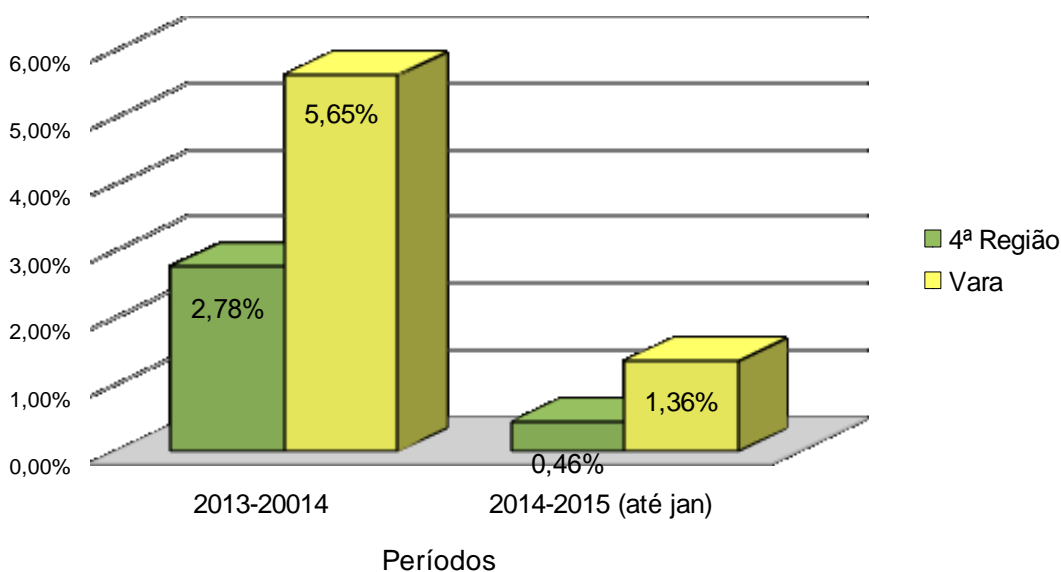
\*\* Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

\*\*\* Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2014, houve uma elevação de 5,65% no acervo de processos tramitando na Unidade Judiciária em relação ao ano anterior. O conhecimento foi a única fase que apresentou queda no estoque (decréscimo de 82 processos); por outro lado, o acervo de feitos em fase de liquidação apresentou aumento de 132 processos no período sob análise.

O acréscimo no estoque de processos da Vara do Trabalho de Montenegro em 2014 foi superior à média apresentada pela 4ª Região no período, quando registrado um aumento de 2,78% no número de processos em tramitação.

Variação percentual do acervo de processos tramitando







## 3.2 FASE DE CONHECIMENTO

### 3.2.1 Processos Pendentes de Solução

	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.01)	Variação 2014-2015
<b>Pendentes de solução do período anterior</b>	845	824	-2,49%	912	10,68%
<b>Casos novos</b>	1.256	1.314	4,62%	72	-94,52%
<b>Sentenças anuladas/reformadas</b>	13	5	-61,54%	0	-100,00%
<b>Processos solucionados (com e sem resolução de mérito) *</b>	1.283	1.193	-7,01%	24	-97,99%
<b>Processos pendentes de solução</b>	<b>824</b>	<b>912</b>	<b>10,68%</b>	<b>961</b>	<b>5,37%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 18.02.2015)

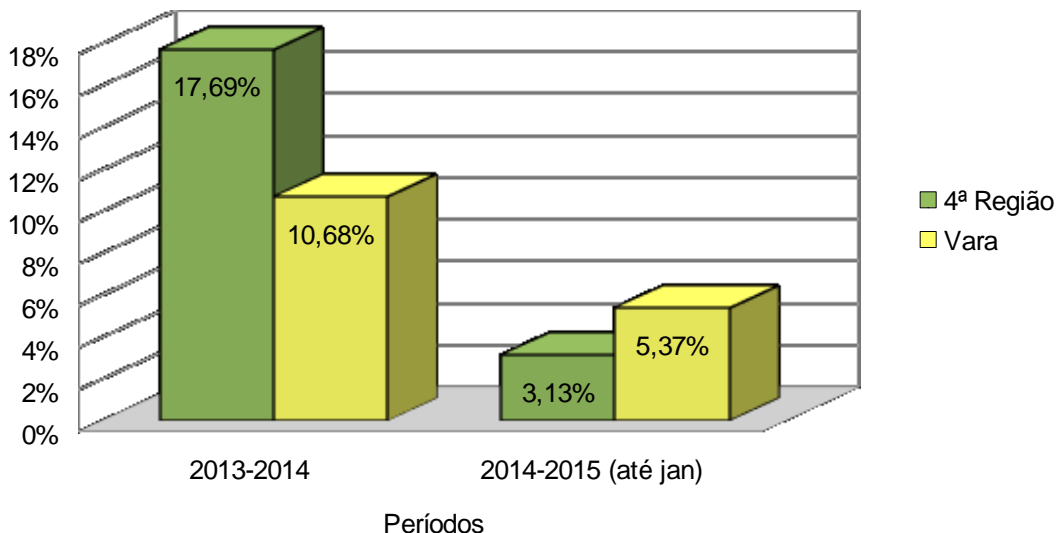
\* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2014, registrou-se uma elevação de 10,68% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 824 para 912 processos) – índice inferior ao verificado em toda a 4ª Região em 2014, onde o número de processos pendentes na fase de conhecimento registrou aumento de 17,69%. O principal fator que contribuiu para esse acréscimo no estoque foi o aumento na média mensal de casos novos (a qual passou de 105,75 processos, em 2013, para 109,92 processos, em 2014), combinado com uma queda de 7,01% no número de processos solucionados, na comparação com o ano de 2013.





### Varição percentual dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que em 31.12.2014 a maior parte destes (58,88%) se encontrava aguardando o encerramento da instrução processual. Além disso, convém destacar a elevação de 77,27% no número de processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade. Especificações no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 31.01)	Varição 2014-2015
<b>Aguardando 1ª sessão de audiência</b>	70	244	248,57%	280	14,75%
<b>Aguardando encerramento da instrução</b>	555	537	-3,24%	529	-1,49%
<b>Aguardando prolação de sentença – no prazo</b>	155	53	-65,81%	73	37,74%
<b>Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido</b>	44	78	77,27%	79	1,28%
<b>TOTAL</b>	<b>824</b>	<b>912</b>	<b>10,68%</b>	<b>961</b>	<b>5,37%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 18.02.2015)



### 3.2.2 Taxa de Congestionamento\*

Taxa de congestionamento – fase de conhecimento					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.01)	Variação 2014-2015
<b>Montenegro - Vara</b>	39,31%	44,33%	12,77%	97,56%	120,08%
<b>Média no TRT4 1ª Instância</b>	40,94%	44,33%	8,28%	94,38%	112,90%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 18.02.2015)

\* Taxa de congestionamento =  $1 - [\text{número de processos solucionados} / (\text{resíduo anterior} + \text{processos recebidos})]$

A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados em determinado período em relação ao total pendente de julgamento. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendente do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

A taxa de congestionamento da fase de conhecimento na Unidade Judiciária foi de 44,33% no ano de 2014, constatando-se uma elevação de 12,77% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2013, o índice da Unidade foi idêntico ao congestionamento médio do TRT4.

### 3.2.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2013		2014		2015 (até 31.01)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	<b>Conciliação</b>	534	41,62	509	42,67	13	54,17
	<b>Julgado procedente</b>	22	1,71	12	1,01	1	4,17
	<b>Julgado procedente em parte</b>	493	38,43	437	36,63	5	20,83
	<b>Julgado improcedente</b>	72	5,61	101	8,47	1	4,17
	<b>Extinto</b>	1	0,08	4	0,34	0	0
	<b>Outras decisões</b>	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Sem exame de mérito	<b>Extinto</b>	28	2,18	16	1,34	0	0,00
	<b>Arquivamento (art. 844 CLT)</b>	62	4,83	49	4,11	1	4,17
	<b>Desistência</b>	24	1,87	25	2,10	3	12,50
	<b>Outras decisões</b>	47	3,66	40	3,35	0	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>1.283</b>	<b>100</b>	<b>1.193</b>	<b>100</b>	<b>24</b>	<b>100</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 18.02.2015)

Verificou-se uma redução de 90 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2014 na comparação com o ano anterior, o que representa um decréscimo de 7,01%. Esse índice é superior à tendência apresentada na 4ª

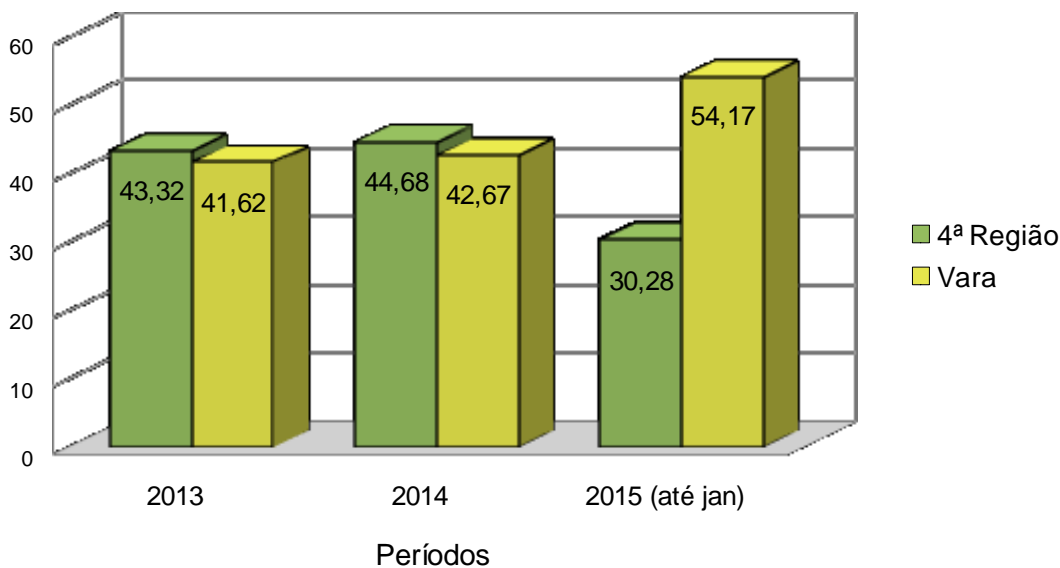


Região, a qual apresentou uma redução média de 2,67% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2013.

Dentre os tipos de solução, constatou-se uma queda no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2013 foram proferidas 588 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2014, esse número alcançou 554 decisões, representando um decréscimo de 5,78%. O desempenho da Unidade nesse quesito também se mostra abaixo da média do TRT4, o qual registrou uma redução de 2,91% no número de decisões com resolução de mérito.

A análise do quadro acima demonstra, ainda, uma elevação no percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária: em 2013, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 534, representando 41,62% dos processos solucionados; já em 2014, o número total de conciliações alcançou 509, correspondendo a 42,67% - índice inferior, todavia, ao verificado em toda a 4ª Região, que foi de 44,68%.

Percentual de conciliações nos processos solucionados



### 3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

#### 3.3.1 Processos Pendentes de Liquidação

	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 31.01)	Varição 2014-2015
<b>Iniciadas</b>	288	529	83,68%	27	-94,90%
<b>Encerradas</b>	308	391	26,95%	33	-91,56%
<b>Pendentes</b>	129	261	102,33%	253	-3,07%
<b>Arquivo Provisório</b>	1	1	0,00%	1	0,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 18.02.2015)



O número de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 129, em 2013, para 261, em 2014 (a despeito de ter havido uma elevação de 26,95% no número de liquidações encerradas na comparação entre os dois períodos), importando em um aumento de 5,79%. Esse percentual, contudo, é inferior ao índice verificado em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 26.044 em dezembro de 2013 para 28.322 em dezembro de 2014 (aumento de 8,75%). Um dos principais motivos dessa elevação foi o acréscimo de 83,68% no número de liquidações iniciadas na Unidade em relação ao ano anterior.

### 3.3.2 Taxa de Congestionamento\*

Taxa de congestionamento – fase de liquidação (sem arquivo provisório) *					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.01)	Variação 2014-2015
<b>Montenegro – Vara</b>	30,63%	40,58%	32,47%	88,54%	118,20%
<b>Média no TRT4 1ª Instância</b>	42,12%	44,16%	4,83%	90,83%	105,69%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 18.02.2015)

\* Taxa de congestionamento = 1 - [número liquidações encerradas/(resíduo anterior + liquidações iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Vara do Trabalho de Montenegro foi de 40,58% no ano de 2014, constatando-se um aumento de 32,47% em relação ao índice do ano anterior; não obstante, na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade Judiciária foi 3,58 pontos percentuais inferior ao congestionamento médio do TRT4.

## 3.4 FASE DE EXECUÇÃO

### 3.4.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.01)	Variação 2014-2015
<b>Entrada</b>	<b>Iniciadas</b>	386	487	26,17%	36	-92,61%
	<b>Desarquivadas para prosseguimento</b>	17	301	1.670,59%	0	-100,00%
<b>Saídas</b>	<b>Encerradas</b>	430	422	-1,86%	28	-93,36%
	<b>Arquivadas Provisoriamente</b>	31	69	122,58%	0	-100,00%
<b>Pendentes</b>	<b>Exclusivamente crédito previdenciário</b>	23	22	-4,35%	23	4,55%
	<b>Demais</b>	765	817	6,80%	823	0,73%
	<b>Total</b>	<b>788</b>	<b>839</b>	<b>6,47%</b>	<b>846</b>	<b>0,83%</b>
<b>Saldo no arquivo Provisório</b>		902	449	-50,22%	448	-0,22%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 18.02.2015)



Em 2014, o estoque de execuções pendentes na Vara do Trabalho de Montenegro subiu de 788 para 839 processos, o que corresponde a uma elevação de 6,47% em relação ao ano anterior. Esse índice destoava da tendência apresentada na 4ª Região no período em questão, a qual registrou uma queda de 2,50% em seu acervo médio. O principal fator a contribuir para essa elevação foi o expressivo aumento no número de execuções desarquivadas para prosseguimento - o que acarretou, também, uma redução de 20,22% no estoque de processos no arquivo provisório, o qual passou de 902 processos, em 2013, para 449, em 2014.

### 3.4.2 Taxa de Congestionamento\*

Taxa de congestionamento – fase de execução (sem arquivo provisório) *					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.01)	Variação 2014-2015
<b>Montenegro – Vara</b>	65,01%	66,90%	2,91%	96,80%	44,69%
<b>Média no TRT4 1ª Instância</b>	69,60%	70,81%	1,74%	97,37%	37,50%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 18.02.2015)

\* Taxa de congestionamento = 1 - [número execuções encerradas/(resíduo anterior+execuções iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 66,90% no ano de 2014, constatando-se uma elevação de 2,91% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade foi inferior ao congestionamento médio do TRT4 em 3,91 pontos percentuais.

Taxa de congestionamento – fase de execução* (com arquivo provisório)					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.01)	Variação 2014-2015
<b>Montenegro – Vara</b>	79,99%	80,62%	0,78%	97,89%	21,42%
<b>Média no TRT4 1ª Instância</b>	84,51%	84,91%	0,47%	98,61%	16,14%

A inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo implica aumento na taxa de congestionamento da Vara do Trabalho de Montenegro na fase de execução, a qual passa a corresponder a 80,62% - superior ao índice do ano anterior em 0,78%. Na comparação com o índice da 4ª Região em 2014, contudo, a taxa de congestionamento da Unidade é 4,29 pontos percentuais menor.



### 3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

	BNDT				
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.01)	Variação 2014-2015
<b>Processos com inclusão de devedor no BNDT</b>	110	135	22,73%	2	-98,52%
<b>Processos com exclusão de devedor no BNDT</b>	104	136	30,77%	4	-97,06%
<b>Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT</b>	1.204	1.027	-14,70%	1.024	-0,29%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 18.02.2015)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela Vara do Trabalho de Montenegro, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT. Dessa consulta, resultou uma lista de **07 processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT. A título de amostragem, relaciona-se a situação processual nos processos abaixo:

<b>1</b>	<b>0000445-92.2011.5.04.0261</b>
<b>Situação processual:</b> em 19.03.2014, foi publicado despacho determinando a liberação dos valores depositados aos respectivos credores. Em 09.04.2014, foi publicado despacho determinando a liberação do valor do depósito recursal à segunda reclamada e o arquivamento dos autos. Em 26.06.2014, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução” e o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de débitos. <b>Histórico BNDT:</b> em 14.11.2011, a executada “Guaíba Service Administração e Representações Ltda.” foi incluída no BNDT. Em 30.01.2014, foi inserida a anotação da situação “sem garantia total do juízo”.	
<b>2</b>	<b>0063100-42.2007.5.04.0261</b>
<b>Situação processual:</b> em 28.01.2015, foi publicada decisão julgando extinta a execução, diante do pagamento dos créditos, e foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução”. <b>Histórico BNDT:</b> em 20.06.2013, a executada “Dirce Maria Castilho da Silva” foi incluída no BNDT com a anotação da situação “sem garantia total do juízo”, e o executado “João Luiz Castilho” foi incluído no BNDT com a anotação da situação “com garantia total do juízo”.	





3

0000637-54.2013.5.04.0261

**Situação processual:** em 15.07.2013, foi publicado despacho homologando transação realizada pelas partes. Em 02.07.2014, foram inseridos no sistema informatizado os andamentos “acordo cumprido” e “extinta a execução”, e o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de débitos. **Histórico BNDT:** em 11.11.2013, o executado “Evandro Rohde” foi incluído no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia total do juízo”.

4

0000815-71.2011.5.04.0261

**Situação processual:** em 19.12.2014, foi publicada decisão julgando extinta a execução, diante do pagamento dos créditos, e determinando o arquivamento dos autos. **Histórico BNDT:** em 14.09.2011, a executada “FRS S.A. - Agro Avícola Industrial” foi incluída no BNDT. Em 02.10.2014, foi inserida a anotação da situação “sem garantia total do juízo”.

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 20.02.2015)

Além dos processos supralistados, também se encontram com reclamados inscritos no BNDT, apesar de suas execuções terem sido extintas, os seguintes processos:

Processo nº		
0001044-94.2012.5.04.0261	0001156-97.2011.5.04.0261	0000062-51.2010.5.04.0261

### 3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2013			2014			2015 (até 31.01)		
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
<b>Embargos de declaração</b>	261	242	32	161	163	27	9	9	27
<b>Antecipações de tutela</b>	21	0	12	51	38	25	9	3	31
<b>Impugnações à sentença de liquidação</b>	29	19	7	18	11	10	1	0	11
<b>Embargos à execução</b>	60	45	25	53	46	31	5	0	36
<b>Embargos à arrematação</b>	2	1	0	2	1	1	0	0	1
<b>Embargos à adjudicação</b>	0	1	0	0	0	0	0	0	0
<b>Exceções de pré-executividade</b>	3	1	4	2	4	2	0	0	2

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 18.02.2015)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 287 incidentes processuais em 2014 na Unidade Judiciária, o que





corresponde a uma redução de 23,67% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados recuou 14,89% na comparação entre os anos de 2013 e 2014 (de 309 para 263). Em face disso, o número total de incidentes pendentes de decisão em 31.12.2014 alcançou 96 processos, saldo 20% maior do que em 31.12.2013.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos, a título de amostragem, no quadro abaixo:

1	0000192-70.2012.5.04.0261
<b>Situação processual:</b> consta do sistema inFOR a oposição, em 20.11.2013, de <b>embargos de declaração</b> pela segunda reclamada. Em 21.11.2013, foi publicada decisão na qual o Juízo acolheu os embargos opostos, por pertinentes. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente processual no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.	
2	0001125-43.2012.5.04.0261
<b>Situação processual:</b> consta do sistema inFOR a oposição, em 29.04.2014, de <b>embargos à execução</b> pela reclamada; todavia, infere-se dos lançamentos posteriores que o incidente processual efetivamente oposto pela ré trata-se de embargos de declaração, os quais foram rejeitados pelo Juízo em 28.07.2014. Verifica-se, assim, que o incidente processual equivocadamente cadastrado no sistema segue constando como pendente de solução.	
3	0137900-70.2009.5.04.0261
<b>Situação processual:</b> constam do sistema inFOR três lançamentos distintos, datados de 17.02.2014, relativos a uma única <b>impugnação à sentença de liquidação</b> oposta pelo exequente nessa data, a qual foi julgada parcialmente procedente em 04.07.2014. Todavia, tendo em vista o equívoco no lançamento da petição, seguem constando dois incidentes processuais como pendentes de solução no sistema informatizado.	

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 20.02.2015)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

## 4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

### 4.1 FASE DE CONHECIMENTO

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.01)	Variação 2014-2015
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	<b>Sumaríssimo</b>	84,64	70,14	-17,14%	66,25	-5,54%
	<b>Ordinário</b>	294,71	257,55	-12,61%	231,04	-10,29%
	<b>Total</b>	<b>270,34</b>	<b>245,92</b>	<b>-9,03%</b>	<b>224,18</b>	<b>-8,84%</b>

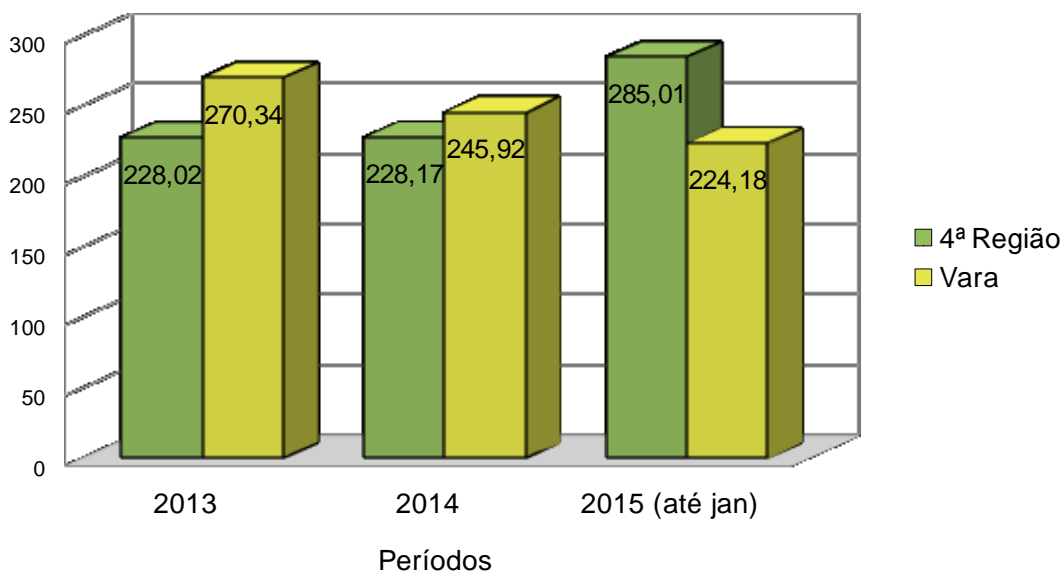
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 18.02.2015)



No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na Vara do Trabalho de Montenegro apresentou uma redução de 9,03%, passando de 270,34 para 245,92 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou queda de 17,14% em relação à média do ano anterior, passando de 84,64 para 70,14 dias; a seu turno, o rito ordinário registrou um prazo médio de 257,55 dias, 12,61% mais célere na comparação com 2013.

Ainda, conforme apontado no gráfico abaixo, o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2014 foi 7,78% mais moroso (17,75 dias) que a média de todas as Unidades do TRT4. Especificações no gráfico abaixo:

Prazo médio total - fase de conhecimento



## 4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 31.01)	Varição 2014-2015
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	78,84	117,36	48,85%	-	-
	Ordinário	144,44	122,53	-15,17%	184,75	50,78%
	<b>Total</b>	<b>136,90</b>	<b>122,34</b>	<b>-10,63%</b>	<b>184,75</b>	<b>51,02%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 18.02.2015)

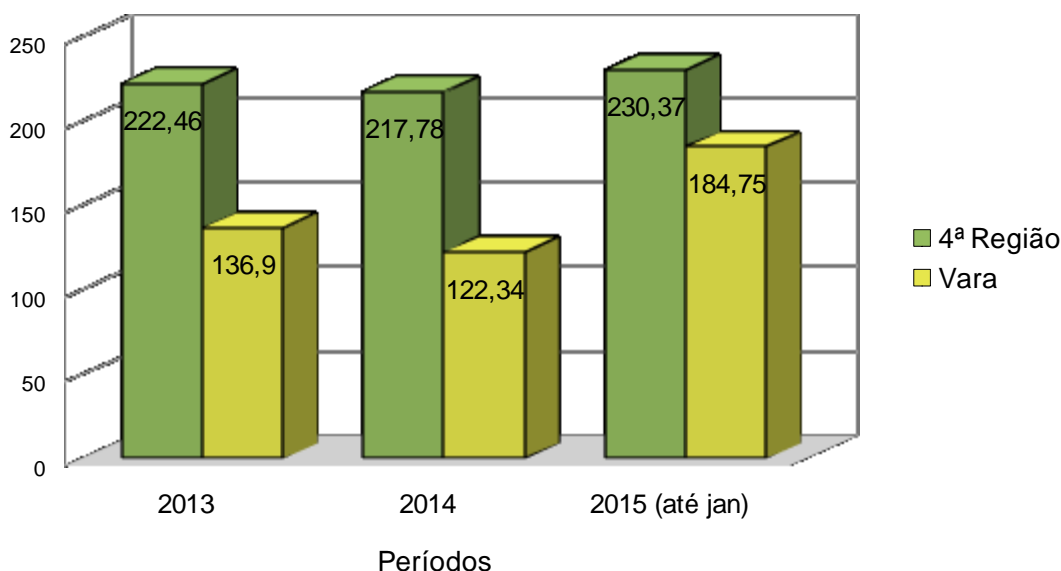
No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 117,36 dias, o que



equivale a uma elevação de 48,85% em relação à média do ano anterior. Em contrapartida, no rito ordinário o prazo médio alcançou 122,53 dias, 15,17% mais célere na comparação com 2013.

Face a esses números, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária foi 43,83% mais célere (95,44 dias) do que o desempenho de toda a 4ª Região em 2014. Especificações no gráfico abaixo:

### Prazo médio total - fase de liquidação



### 4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.01)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	382,88	311,31	-18,69%	1.636,48	425,68%
	Ente público	1.081,32	1.117,87	3,38%	-	-
	<b>Total</b>	<b>433,76</b>	<b>368,92</b>	<b>-14,95%</b>	<b>1.636,48</b>	<b>343,59%</b>

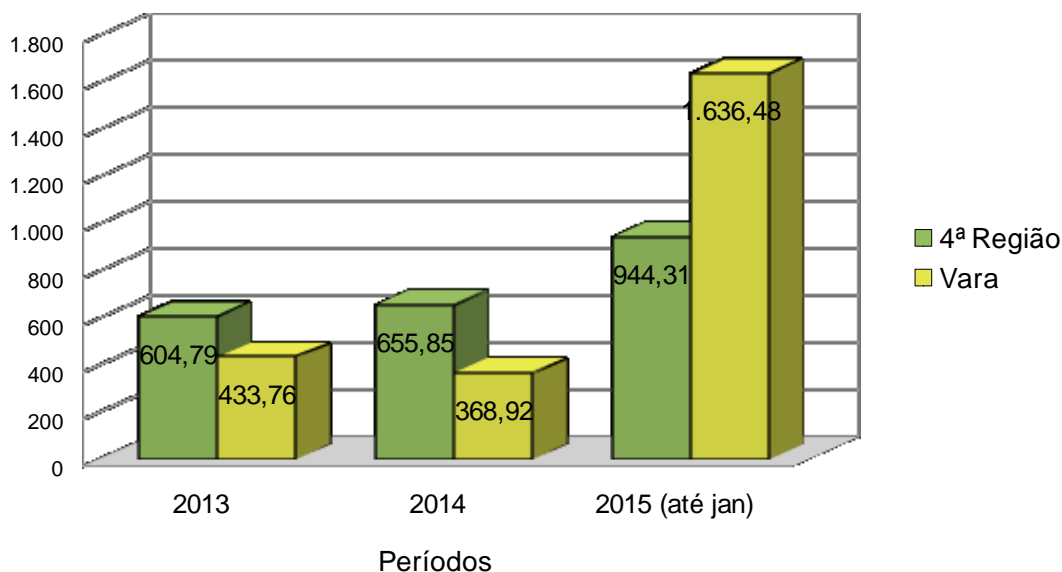
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 18.02.2015)

O prazo médio de tramitação processual na fase de execução na Unidade Judiciária em 2014 nos processos em que o executado era ente privado foi de 311,31 dias, o qual foi 18,69% menor do que o prazo do ano anterior. A seu turno, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução em 2014 foi de 1.117,87 dias, 3,38% mais moroso do que a média do ano anterior.



Na comparação com os dados de toda a 4ª Região em 2014, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação na fase de execução foi 43,75% mais célere (286,93 dias) do que a média regional.

### Prazo médio total - fase de execução



## 5 METAS

### 5.1 Metas do CNJ – Anos anteriores a 2014

**5.1.1 Meta 2 - 2009:** “Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005”.

META 2/2009 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2005 pendentes de solução	Resultado
0 processos	Meta cumprida

**5.1.2 Meta 2 – 2010:** “Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31.12.2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31.12.2007”.

META 2/2010 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2007 pendentes de solução	Resultado
0 processos	Meta cumprida



**5.1.3 Meta 2 – 2012:** “Julgar, até 31.12.2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008”.

META 2/2012 CNJ			
Distribuídos em 2008	Nº de processos ajuizados em 2008 e já solucionados	%	Resultado
1.121	1.121	100,00%	Meta cumprida

**5.1.4 Meta 2 – 2013:** “Julgar, até 31.12.2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2009”.

META 2/2013 CNJ			
Distribuídos em 2009	Nº de processos ajuizados em 2009 e já solucionados	%	Resultado
1.440	1.440	100,00%	Meta cumprida

## 5.2 Metas do CNJ – Ano de 2014

**5.2.1 Meta 1:** “Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014”.

META 1/2014 CNJ			
Distribuídos em 2014	Solucionados em 2014	%	Resultado
1.314	1.193	90,79%	Meta não cumprida

**5.2.2 Meta 2:** “Julgar, até 31.12.2014 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012.”

META 2/2014 CNJ			
Distribuídos em 2011	Nº de processos ajuizados em 2011 e já solucionados	%	Resultado
994	993	99,90%	Meta cumprida
Distribuídos em 2012	Nº de processos ajuizados em 2012 e já solucionados	%	
1.063	1.057	99,44%	



**5.2.3 Meta 5:** “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.

**Observação:** O Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2014, expediu a Versão 5 do Glossário das Metas CNJ 2014, na qual foi adequada a fórmula de cálculo dessa meta e foram definidos conceitos de “redução positiva” e “redução negativa”. A **redução positiva** (*percentual precedido do sinal positivo*) indica que efetivamente a taxa de congestionamento foi reduzida em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013. A **redução negativa** (*percentual precedido do sinal negativo*) indica o aumento da taxa de congestionamento em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013.

Questionário para cálculo da Meta			
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor
P5.1	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	1.416
P5.2	Número total de processos em fase de execução fiscal não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	16
P5.3	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	395
P5.4	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	3
P5.5	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2012	Única	416
P5.6	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2012	Única	0
P5.7	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	342
P5.8	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	2
P5.9	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2013	Única	430
P5.10	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2013	Única	1
P5.11	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	487
P5.12	Número total de processos em fase de execução fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	0
P5.13	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	375
P5.14	Número total de processos em fase de execução fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	0
P5.15	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de	Mensal	38





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

	referência		
P5.16	Número total de processos em fase execução fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	2
P5.17	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	68
P5.18	Número total de processos em fase de execução fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	10

\* **Percentual de redução - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal** =  $100 - (((1 - (\Sigma P5.13 / (\Sigma P5.11 + (P5.1 + P5.3 - P5.5 + P5.7 - P5.9 + \Sigma P5.15 - \Sigma P5.17)))) * 100) / (((1 - (P5.9 / (P5.7 + P5.1 + P5.3 - P5.5))) + (1 - (P5.5 / (P5.3 + P5.1)))) / 2))$   
**Percentual de redução - Execução Fiscal** =  $100 - (((1 - (\Sigma P5.14 / (\Sigma P5.12 + (P5.2 + P5.4 - P5.6 + P5.8 - P5.10 + \Sigma P5.16 - \Sigma P5.18)))) * 100) / (((1 - (P5.10 / (P5.8 + P5.2 + P5.4 - P5.6))) + (1 - (P5.6 / (P5.4 + P5.2)))) / 2))$

META 5/2014 CNJ - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal	
Percentual	Resultado
-3,42%	<b>Meta não cumprida</b>
META 5/2014 CNJ - Execução Fiscal	
Percentual	Resultado
-2,44%	<b>Meta não cumprida</b>

**5.2.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2014 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2011, no primeiro grau, e até 31.12.2012, no segundo grau”.

META 6/2014 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução	Resultado
0 processos	<b>Meta cumprida</b>

### 5.3 Metas do CNJ – Ano de 2015

**5.3.1 Meta 1:** “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.01.2015	Solucionados até 31.01.2015	%	Resultado parcial (até janeiro)
72	24	33,33%	<b>Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta</b>





**5.3.2 Meta 2:** “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Distribuídos em 2013	Nº de processos ajuizados em 2013 e já solucionados	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até janeiro)
1.256	1.138	90,61%	<b>Meta cumprida</b>

**5.3.3 Meta 5:** “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015 (até 31.01)	Execuções baixadas (arquivo definitivo) em 2015 (até 31.01)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até janeiro)
36	12	33,33%	<b>Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta</b>

**5.3.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 pendentes de solução	Resultado parcial (até janeiro)
0 processos	<b>Meta já cumprida</b>



**5.3.5 Meta 7:** “Identificar e reduzir, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.”

META 7/2015 CNJ		
Dez maiores litigantes 4ª Região, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Número máximo de processos tramitando em 31.12.2015 para alcance da meta
1º Wms Supermercados do Brasil Ltda.	16	15
2º Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	1	0
3º Estado do Rio Grande do Sul	2	1
4º Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	0	0
5º Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	1	0
6º União	1	0
7º OI S.A.	2	1
8º General Motors do Brasil Ltda.	0	0
9º Caixa Econômica Federal - CEF	5	4
10º Banco Santander (Brasil) S.A.	2	1

**5.3.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:**

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015 (até 31.01)	Prazo médio a ser alcançado em 2015	Resultado parcial (até janeiro)
228,17	245,92	224,18	243,46	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta



b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014.”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015 (até 31.01)	Meta para 2015	Resultado parcial (até janeiro)
<b>Total de acordos</b>	534	509	521,50	13	<b>527</b>	<b>Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta</b>
<b>Média mensal de Acordos</b>	44,50	42,42	43,46	13,00	<b>43,92</b>	

## 6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

### 6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às segundas e terças à tarde e terças e quintas pela manhã. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
<b>Manhã</b>	-	6 (I) 2 (U) 3 (P)	-	6 (I) 2 (U) 3 (P)	-
<b>Tarde</b>	6 (I) 2 (U) 3 (P)	6 (I) 2 (U) 3 (P)	-	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 05.03.2015)

Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

### 6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada	Próxima Data Livre
	J1	J1
<b>Inicial</b>	28.5.2015	28.5.2015
<b>Una Sumaríssimo</b>	05.5.2015	07.5.2015
<b>Instrução</b>	27.10.2015	27.10.2015

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 05.03.2015)



### 6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.01)	Variação 2014-2015
Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Sumaríssimo	43,12	33,58	-22,13%	65,28	94,41%
	Ordinário	43,84	52,05	18,73%	82,08	57,68%
	<b>Total</b>	<b>43,77</b>	<b>50,78</b>	<b>16,03%</b>	<b>81,06</b>	<b>59,62%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 18.02.2015)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo teve seu prazo médio reduzido de 43,12 dias, em 2013, para 33,58 dias, em 2014 (queda de 22,13%). Por outro lado, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário subiu de 43,84 dias, em 2013, para 52,05 dias, em 2014 (elevação de 18,73%).

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.

### 6.4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

2014						
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Julgamento	Una	Conciliação	TOTAL
<b>Carlos Ernesto Maranhão Busatto</b>	30	31	0	4	0	<b>65</b>
<b>Carolina Cauduro Dias de Paiva</b>	66	44	0	5	0	<b>115</b>
<b>Eliseu Cardozo Barcellos</b>	284	197	0	19	7	<b>507</b>
<b>Glória Valério Bangel</b>	726	455	0	55	3	<b>1.239</b>
<b>Átila da Rold Roesler</b>	13	16	0	2	0	<b>31</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.119</b>	<b>743</b>	<b>0</b>	<b>85</b>	<b>10</b>	<b>1.957</b>
2015 (até 31.01)						
Juiz	Inicial	Instrução	Julgamento	Una	Conciliação	TOTAL
<b>Eliseu Cardozo Barcellos</b>	35	14	0	1	0	<b>50</b>
<b>TOTAL</b>	<b>35</b>	<b>14</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>50</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 18.02.2015)



## 6.5 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Consta-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

## 6.6 PROCESSOS SOLUCIONADOS

Juiz (a)	2014					
	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
<b>Adriana Freires</b>	0	83	1	84	1	<b>85</b>
<b>Carlos Ernesto Maranhão Busatto</b>	19	16	1	36	5	<b>41</b>
<b>Carolina Cauduro Dias de Paiva</b>	31	138	0	169	8	<b>177</b>
<b>Eliseu Cardozo Barcellos</b>	123	117	2	242	28	<b>270</b>
<b>Glória Valério Bangel</b>	328	173	0	501	85	<b>586</b>
<b>Jefferson Luiz Gaya de Góes</b>	0	1	0	1	0	<b>1</b>
<b>Rachel Albuquerque de Medeiros Mello</b>	0	13	0	13	0	<b>13</b>
<b>Átila da Rold Roesler</b>	8	9	0	17	3	<b>20</b>
<b>TOTAL</b>	<b>509</b>	<b>550</b>	<b>4</b>	<b>1.063</b>	<b>130</b>	<b>1.193</b>
Juiz (a)	2015 (até 31.01)					
	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
<b>Carolina Cauduro Dias de Paiva</b>	0	1	0	1	0	<b>1</b>
<b>Eliseu Cardozo Barcellos</b>	13	6	0	19	4	<b>23</b>
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>20</b>	<b>4</b>	<b>24</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 18.02.2015)



## 6.7 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juíza Titular <b>Glória Valério Bangel</b>		
Processos de Cognição – Processos Físicos		
0000467-82.2013.5.04.0261 (Mais antigo. Concluído em 10.07.2014: 7 meses e 26 dias)	0001408-32.2013.5.04.0261	0001321-76.2013.5.04.0261
0001205-70.2013.5.04.0261	0001410-02.2013.5.04.0261	0001325-16.2013.5.04.0261
0000043-06.2014.5.04.0261	0000514-56.2013.5.04.0261	0001333-90.2013.5.04.0261
0000184-25.2014.5.04.0261	0000786-16.2014.5.04.0261	0000030-33.2014.5.04.0511
0000465-15.2013.5.04.0261	0001060-14.2013.5.04.0261	0000105-46.2014.5.04.0261
0000555-86.2014.5.04.0261	0001200-48.2013.5.04.0261	0000146-13.2014.5.04.0261
0000947-60.2013.5.04.0261	0001207-40.2013.5.04.0261	0000430-21.2014.5.04.0261
0000954-52.2013.5.04.0261	0001208-25.2013.5.04.0261	0000431-06.2014.5.04.0261
0000958-89.2013.5.04.0261	0001209-10.2013.5.04.0261	0000645-31.2013.5.04.0261
0000959-74.2013.5.04.0261	0001210-92.2013.5.04.0261	0000728-47.2013.5.04.0261
0000059-57.2014.5.04.0261	0001278-42.2013.5.04.0261	0001076-65.2013.5.04.0261
0000417-56.2013.5.04.0261	0000014-53.2014.5.04.0261	0001151-07.2013.5.04.0261
0000764-89.2013.5.04.0261	0000056-05.2014.5.04.0261	0001241-15.2013.5.04.0261
0000901-71.2013.5.04.0261	0000188-62.2014.5.04.0261	0001343-37.2013.5.04.0261
0001086-12.2013.5.04.0261	0000504-75.2014.5.04.0261	0001345-07.2013.5.04.0261
0001102-63.2013.5.04.0261	0000511-04.2013.5.04.0261	0001346-89.2013.5.04.0261
0001390-11.2013.5.04.0261	0000812-14.2014.5.04.0261	0001349-44.2013.5.04.0261
0000530-73.2014.5.04.0261	0000853-15.2013.5.04.0261	0001362-43.2013.5.04.0261
0000065-64.2014.5.04.0261	0001258-51.2013.5.04.0261	0001363-28.2013.5.04.0261
0000071-71.2014.5.04.0261	0001268-95.2013.5.04.0261	0001428-23.2013.5.04.0261
0000207-68.2014.5.04.0261	0001340-82.2013.5.04.0261	0001429-08.2013.5.04.0261
0001118-17.2013.5.04.0261	0001411-84.2013.5.04.0261	0000818-21.2014.5.04.0261
0001127-76.2013.5.04.0261	0000737-14.2010.5.04.0261	0000082-03.2014.5.04.0261
0001128-61.2013.5.04.0261	0000288-17.2014.5.04.0261	0000111-53.2014.5.04.0261
0001139-90.2013.5.04.0261	0000420-74.2014.5.04.0261	0000112-38.2014.5.04.0261
0001243-82.2013.5.04.0261	0000424-14.2014.5.04.0261	0000113-23.2014.5.04.0261
0001271-50.2013.5.04.0261	0000425-96.2014.5.04.0261	0000114-08.2014.5.04.0261
0000303-20.2013.5.04.0261	0000628-92.2013.5.04.0261	0000115-90.2014.5.04.0261
0000974-43.2013.5.04.0261	0000913-85.2013.5.04.0261	0000116-75.2014.5.04.0261
0001170-13.2013.5.04.0261	0001033-31.2013.5.04.0261	0000176-48.2014.5.04.0261
0000107-16.2014.5.04.0261	0001272-35.2013.5.04.0261	0000224-41.2013.5.04.0261
0000121-97.2014.5.04.0261	0001275-87.2013.5.04.0261	0000266-56.2014.5.04.0261



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

0000130-59.2014.5.04.0261	0001280-12.2013.5.04.0261	0000426-81.2014.5.04.0261
0000168-71.2014.5.04.0261	0001281-94.2013.5.04.0261	0000513-37.2014.5.04.0261
0000225-89.2014.5.04.0261	0001295-78.2013.5.04.0261	0000514-22.2014.5.04.0261
0000447-91.2013.5.04.0261	0001302-70.2013.5.04.0261	0000517-74.2014.5.04.0261
0000833-24.2013.5.04.0261	0000144-43.2014.5.04.0261	0000518-59.2014.5.04.0261
0001119-02.2013.5.04.0261	0000137-51.2014.5.04.0261	0000549-79.2014.5.04.0261
0001147-67.2013.5.04.0261	0000190-32.2014.5.04.0261	0000585-24.2014.5.04.0261
0001148-52.2013.5.04.0261	0000254-42.2014.5.04.0261	0000650-53.2013.5.04.0261
0001153-74.2013.5.04.0261	0000423-29.2014.5.04.0261	0000851-79.2012.5.04.0261
0001154-59.2013.5.04.0261	0000563-63.2014.5.04.0261	0001015-10.2013.5.04.0261
0001409-17.2013.5.04.0261	0001156-29.2013.5.04.0261	0001334-75.2013.5.04.0261
0000496-98.2014.5.04.0261	0001203-48.2013.5.04.0731	0001342-52.2013.5.04.0261
0001204-85.2013.5.04.0261	0001253-29.2013.5.04.0261	0001381-49.2013.5.04.0261
0001273-20.2013.5.04.0261	0001279-27.2013.5.04.0261	0001375-42.2013.5.04.0261
0001291-41.2013.5.04.0261	-	-
<b>Processos de Cognição – Processos Eletrônicos</b>		
0020120-36.2014.5.04.0261 (Mais antigo. Concluído em 19.09.2014: 5 meses e 17 dias)	0020202-67.2014.5.04.0261	0020143-79.2014.5.04.0261
0020443-41.2014.5.04.0261	0020210-44.2014.5.04.0261	-
<b>Embargos de Declaração</b>		
0000543-77.2011.5.04.0261 (Mais antigo. Concluído em 03.11.2014: 4 meses e 2 dias)	0120300-36.2009.5.04.0261	0001233-38.2013.5.04.0261
<b>Impugnações à Sentença de Liquidação</b>		
0001159-18.2012.5.04.0261 (Mais antigo. Concluído em 15.10.2014: 4 meses e 21 dias)	0000029-90.2012.5.04.0261	0026400-72.2004.5.04.0261
0000994-39.2010.5.04.0261	-	-
<b>Embargos à Execução</b>		
0000571-79.2010.5.04.0261 (Mais antigo. Concluído em 16.10.2014: 4 meses e 20 dias)	0000270-64.2012.5.04.0261	0147100-72.2007.5.04.0261
0000346-88.2012.5.04.0261	0000797-50.2011.5.04.0261	0000994-39.2010.5.04.0261
0000136-37.2012.5.04.0261	0026400-72.2004.5.04.0261	0090700-04.2008.5.04.0261
<b>Exceção de Incompetência</b>		
0020386-23.2014.5.04.0261 (Concluído em 07.01.2015: 1 mês e 29 dias)	-	-
<b>Total: 152 processos</b>		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 no dia da correição)





Juiz Substituto zoneado <b>Eliseu Cardozo Barcellos</b>		
Embargos de Declaração		
0001233-38.2013.5.04.0261 (Concluído em 03.12.2014: 3 meses e 3 dias)	-	-
<b>Total: 01 processo</b>		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 no dia da correição)

Juíza Substituta <b>Carolina Cauduro Dias de Paiva</b>		
Embargos de Declaração		
0001199-63.2013.5.04.0261 (Mais antigo. Concluído em 16.09.2014: 5 meses e 20 dias)	-	-
<b>Total: 01 processo</b>		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 no dia da correição)

Juíza substituta <b>Luísa Rumi Steinbruch</b>		
Processo de Cognição		
0000762-27.2010.5.04.0261 (Mais antigo. Concluído em 05.05.2014: 10 meses e 1 dia)	-	-
<b>Total: 01 processo</b>		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 no dia da correição)

## **7 ROTINAS DE SECRETARIA**

### **7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS**

Cumprimento da tarefa em 24h.

### **7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S**

Cumprimento da tarefa em 48h.

### **7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS**

Cumprimento em 24h.

### **7.4 JUNTADA DE PETIÇÕES**

A juntada de petições é efetuada em 24h.

### **7.5 DESPACHOS DE PROTOCOLO**

Os despachos são confeccionados 24h após a protocolização.



## 7.6 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

A certificação de prazo é efetuada em 48h.

## 7.7 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Efetuada duas vezes por semana.

## 7.8 CONVÊNIOS

A Vara utiliza os convênios regularmente.

## 7.9 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Tarefa executada uma vez por semana.

## 7.10 EXAME DOS LIVROS

### 7.10.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0001006-82.2012.5.04.0261	13.11.2014	2 meses e 29 dias
2	0110000-49.2008.5.04.0261	30.11.2014	2 meses e 12 dias
3	0000323-45.2012.5.04.0261	01.12.2014	2 meses e 11 dias
4	0000640-43.2012.5.04.0261	15.12.2014	1 mês e 27 dias
5	0000277-22.2013.5.04.0261	15.12.2014	1 mês e 27 dias
6	0001267-13.2013.5.04.0261	18.12.2014	1 mês e 24 dias
7	0001127-13.2012.5.04.0261	19.12.2014	1 mês e 23 dias
8	0000673-04.2010.5.04.0261	21.01.2015	21 dias
9	0000943-28.2010.5.04.0261	21.01.2015	21 dias
10	0000676-51.2013.5.04.0261	22.01.2015	20 dias
11	0000017-76.2012.5.04.0261	26.01.2015	16 dias
12	0000769-48.2012.5.04.0261	26.01.2015	16 dias
13	0000838-46.2013.5.04.0261	27.01.2015	15 dias
14	0000814-23.2010.5.04.0261	29.01.2015	13 dias
15	0001122-25.2011.5.04.0261	29.01.2015	13 dias
16	0000917-93.2011.5.04.0261	29.01.2015	13 dias
17	0000626-30.2010.5.04.0261	30.01.2015	12 dias
18	0001095-71.2013.5.04.0261	30.01.2015	12 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 11.02.2015)



### 7.10.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000029-56.2013.5.04.0261	02.12.2014	2 meses e 10 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 11.02.2015)

### 7.10.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias

	Carga OJ	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução do Mandado
1	261-00788/14	0000577-47.2014.5.04.0261	09.12.2014	2 meses e 3 dias
2	261-00782/14	0000852-30.2013.5.04.0261	16.12.2014	1 mês e 26 dias
3	261-00787/14	0021800-66.2008.5.04.0261	16.12.2014	1 mês e 26 dias
4	261-00794/14	0000305-87.2013.5.04.0261	19.12.2014	1 mês e 23 dias
5	261-00792/14	0000846-28.2010.5.04.0261	26.01.2015	16 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 11.02.2015)

## 8 EXAME DOS PROCESSOS

Para a análise realizada nos itens seguintes, extraiu-se do sistema inFOR, em 11.02.2015, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **460 processos**. O item 8.1 compõe-se de 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 100 processos aleatórios gerada pelo Sistema inFOR e disponibilizada para fins de correição à Assessoria Jurídica da Corregedoria. O item 8.2 verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

### 8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	0000088-49.2010.5.04.0261
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> nada a apontar.	
2	0000471-56.2012.5.04.0261
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> O verso da fl. 567 não está em branco, ao contrário do que consta na certidão da fl. 774. Não constou desta certidão que o verso da fl. 601 está em branco. <b>Movimentação processual:</b> Nada a apontar.	
3	0000677-02.2014.5.04.0261
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> nada a apontar.	



4	0000089-92.2014.5.04.0261
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> nada a apontar.	
5	0000599-08.2014.5.04.0261
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> nada a apontar.	
6	0027200-37.2003.5.04.0261
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Não foi observada a correta ordem cronológica dos atos processuais às fls. 655 a 657, uma vez que a certidão constante no verso da primeira folha citada é datada de 29.04.2014 e o termo de conclusão da fl. 657 é datado de 14.04.2014. <b>Movimentação processual:</b> nada a apontar. <b>Principal Entrave. Execução.</b> A execução iniciou em maio de 2004 e não foi concluída até o momento diante da inexistência de bens da executado e dos sócios.	
7	0001019-18.2011.5.04.0261
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> nada a apontar.	
8	0142300-30.2009.5.04.0261
<b>Aspectos gerais dos autos:</b> nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> nada a apontar.	
9	0000418-07.2014.5.04.0261
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> nada a apontar.	
10	0000498-10.2010.5.04.0261
<b>Aspectos gerais dos autos:</b> nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> nada a apontar. <b>Principal Entrave. Conhecimento.</b> A ação foi ajuizada em 02.05.2014, e ainda não transitou em julgado, estando pendente recurso de revista.	

\* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2014.

## 8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação.

Prática	Exemplos
Demora no impulso processual	0032000-98.2009.5.04.0261
	0084100-94.1990.5.04.0261
	0000203-02.2012.5.04.0261



<b>Processo reunido a outro sem andamento</b>	0029100-45.2009.5.04.0261
	0029200-97.2009.5.04.0261
	0000272-97.2013.5.04.0261

### 8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

### 8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz, imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocadamente superior ao do depósito recursal, **ordena** a pronta liberação deste em favor do credor de ofício ou a seu requerimento.

### 8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz **não determina** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária.

### 9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

A implantação do PJE na Unidade Judiciária ocorreu em 11.07.2014. Experimentalmente, foi estabelecido um rodízio para que todos os servidores executem várias tarefas e sintam-se seguros na utilização da nova ferramenta. Posteriormente, será adotado o sistema de carteira, com adoção da divisão pela numeração final dos processos (dois finais para cada servidor). Haverá um servidor encarregado da execução, sendo que este receberá apenas uma numeração final em razão do acúmulo de tarefas. A triagem inicial é efetuada pela Secretaria e os pedidos de tutela antecipada são apreciados pela Diretora de Secretaria e/ou seu Assistente.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em duas oportunidades, nos dias 26.02.2015 e 04.03.2015 e com nova verificação na



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

data da inspeção, juntamente com a Diretora de Secretaria. A posição, na data da visita correcional, é a que segue:

Agrupador	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Processos avulsas c/petições	-	-	-	05.03.2015
C/pedido de tutela não apreciados	-	-	-	05.03.2015
C/petições não apreciadas	-	02	Ambos de 05.03	05.03.2015
C/habilitações não lidas	-	01	-	05.03.2015
Mandados devolvidos OJ	-	-	-	05.03.2015
Pasta	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Aguardando ciência decisão	-	02	Ambos de 20.02.2015	20.02.2015
Aguardando ciência	-	-	-	05.03.2015
Aguardando cumprimento prov.	Por mês e a cada dois dias – 2ª e 3ª/ 4ªe5ª e 6ª feiras (para controle do prazo em 48h)	81 (quantidade total)	Todos com prazo por vencer (prazo mais próximo – 06.03)	06.03.2015
Aguardando cumprimento exec.	Por mês e a cada dois dias – 2ª e 3ª/ 4ªe5ª e 6ª feiras (para controle do prazo em 48h) + subpasta OJ aguardando cumprimento	16 (quantidade total)	Todos em subpastas com prazo por vencer (mais próximo- 06.03)  OJ aguardando cumprimento - 08	06.03.2015
Aguardando cumprimento liq.	-	-	-	05.03.2015
Aguardando término dos prazos	Mesma organização mencionada nos itens anteriores	38 (quantidade total)	06 na subpasta de 04 e 05.03	05.03.2015
Apreciar urgentes	-	-	-	05.03.2015
Controle sobrestamento/suspensão	Mesma organização mencionada nos itens anteriores	03 (quantidade total)	Todos na subpastas com vencimento previsto para 13-14.04	14.04.2015
Controle manual prazo pós sent.	-	01 (total)	20282.31.2014	05.03.2015
Prazos vencidos	Mesma organização mencionada nos itens	-	-	05.03.2015





	anteriores			
Triagem inicial	-	04 (total)	-	05.03.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe na data da correição)

Verificou-se que os processos são movimentados regularmente e, relativamente à designação de audiências iniciais, a Unidade observa o teor do art. 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria (brevidade na designação da audiência para oferecimento de contestação, tentativa de conciliação e designação das provas necessárias, nos termos em que previsto nos arts. 843 e seguintes da CLT).

Verificou-se, ainda, uma boa gestão dos processos que tramitam no meio eletrônico, boa organização das pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa, possibilitando uma boa visualização e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade.

De qualquer forma, reiterou-se à Diretora de Secretaria a necessidade de gerenciamento e verificação constante dos agrupadores para melhor controle da movimentação processual.

## **10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT**

Conforme o cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **não requereu** a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado.

## **11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE**

Os dados coletados previamente para a confecção do relatório correccional revelam o excelente nível de organização e funcionamento da Vara do Trabalho de Montenegro. A análise prévia por meio dos sistemas eletrônicos disponíveis na Corregedoria convergiu com a realidade fática encontrada durante a inspeção. Nesse sentido, também o exame dos processos físicos revelou a ausência de lapsos processuais relevantes, o que reflete o cuidado e comprometimento com que o serviço é realizado. A unidade apresenta acervo processual com tendência crescente desde 2013, o que está relacionado tanto com o aumento de casos novos desde 2014, como com o aumento de casos pendentes de solução. O número de liquidações teve aumento significativo em 2014, o que ocorreu, conforme pontuado no item específico, devido ao desarquivamento expressivo de processos que estavam no arquivo provisório para prosseguimento. O prazo médio na fase de conhecimento esteve um pouco acima da média regional em 2014, o que deve estar relacionado ao aumento de movimentação processual na unidade. O prazo médio de tramitação processual na fase de liquidação em 2014, por sua vez, é significativamente inferior ao prazo médio da Região, assim como ocorre na fase de execução – a ressalva, nessa fase, diz respeito apenas ao prazo nas execuções contra entes públicos, que, segundo a Diretora de Secretaria, está





ligado à tramitação dificultosa de algumas execuções contra o Município. A Diretora de Secretaria Joice Aparecida dos Santos, apesar de estar em período oficial de férias esteve presente, demonstrando comprometimento com a instituição. A unidade está operando por meio do Sistema de PJe desde maio de 2014 e, conforme apurado durante a inspeção, encontra-se bem adaptada à nova forma de trabalho. A Diretora de Secretaria é uma entusiasta do sistema e operou nova forma de reestruturação e distribuição de atribuições, que tem surtido bons efeitos.

A Corregedora buscou, junto à Juíza Titular, forma de organizar plano de trabalho para a prolação de sentenças em razão do número significativo de processos conclusos para decisão. A Magistrada, assim, comprometeu-se, até 31 de março de 2015, a prolar as sentenças de todos os processos conclusos para decisão nos meses de julho e agosto de 2014 e, até o limite de 40 (quarenta) decisões (computadas as dos meses de julho e agosto de 2014), as sentenças nos processos conclusos até setembro de 2014, observada a ordem de antiguidade. No mesmo prazo (até 31.03.2015), a Juíza Titular deverá prolar 09 (nove) sentenças de execução, observada a ordem de antiguidade e, a sentença da exceção de pré-executividade apontada no relatório, bem como todas as sentenças de embargos de declaração.

Ao final, a Corregedora parabenizou a Unidade pelo bom andamento dos serviços e comprometimento de todos os servidores e da Juíza Titular Glória Valério Bangel.

## **12 RECOMENDAÇÕES**

### **ITEM 5.3.1 (Meta CNJ 1 – 2015)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2014 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período - de forma que a meta CNJ 1/2014 não foi cumprida pela Unidade Judiciária (item 5.2.1).

### **ITEM 5.3.3 (Meta CNJ 5 - 2015)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços no arquivamento definitivo do maior número de execuções possível, sugerindo-se incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação, bem como a utilização dos convênios disponibilizados por este TRT4 (Bacen Jud, HOD, Infojud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG, etc.) a fim de simplificar os atos processuais da fase de execução. Recomenda-se ainda que sejam tomadas providências para que a revisão final do processo e o seu arquivamento definitivo sejam rotinas prioritárias da Unidade Judiciária.



## ITEM 6.3 - PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Recomenda-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade observe o caráter prioritário dos processos do rito sumaríssimo, e adote as providências necessárias para o cumprimento do prazo de 15 dias para designação da audiência inicial, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT, assim como que não seja excedido o lapso de 40 dias para marcação de audiências iniciais.

## 13 DETERMINAÇÕES

### ITEM 3.4.3. (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

a) efetue a devida anotação quando houver garantia da execução (por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes devidamente formalizada) no respectivo campo do sistema informatizado;

b) efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) **nos processos descritos no item 3.4.3**, com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca -se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011;

c) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, verifique a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.4.3.

### ITEM 3.5. (Incidentes Processuais)

Determina-se que, em relação **aos processos descritos no item 3.5**, a Secretaria realize um cotejo entre os andamentos lançados no sistema informatizado e o processamento nos autos físicos, lançando, se necessário, andamentos de entradas, conclusão e saídas dos incidentes processuais para correção das informações do sistema e-Gestão.

Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados quando for o caso.

## ITEM 6.7 - SENTENÇAS COM PRAZO EXCEDIDO

Determina-se que a Juíza **Glória Valério Bangel** profira as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias de acordo o plano de trabalho estabelecido com a Corregedora.

Determina-se que o Juiz **Eliseu Cardozo Barcellos** profira a sentença no processo concluso há mais de 50 dias, listado no item 6.7 deste relatório correcional, com a maior brevidade possível.



Cientifiquem-se as Juízas **Carolina Cauduro Dias de Paiva** e **Luísa Rumi Steinbruch** acerca dos processos conclusos há mais de 50 dias indicados no mesmo item deste relatório para que profiram as sentenças com a maior brevidade possível.

### **ITENS 7.10.1 e 7.10.2 - ADVOGADOS E PERITOS – CARGAS VENCIDAS HÁ MAIS DE 10 DIAS**

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.10.1 e 7.10.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPR.

### **ITEM 7.10.3 - MANDADOS – PRAZOS VENCIDOS HÁ MAIS DE 10 DIAS**

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.10.3 deste relatório correcional, em como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPR.

### **ITEM 8.1 - ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS**

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) adote o procedimento correto quanto à inutilização de folhas em branco, consoante o art. 71 da CPR;
- b) respeite, rigorosamente, a ordem cronológica dos atos processuais.

### **8.2 - IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR**

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **460 processos** parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardando cumprimento de acordo, pagamento de precatório, andamento de outros processos ou decurso de prazo). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados **e todos que estejam em situação similar**. Para tanto:

a) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito (processos nº 0032000-98.2009.5.04.0261, nº 0084100-94.1990.5.04.0261, nº 0000203-02.2012.5.04.0261,

b) dê andamento aos processos reunidos nº 0029100-45.2009.5.04.0261, nº 0029200-97.2009.5.04.0261, nº 0000272-97.2013.5.04.0261.



## **14 PRESENÇAS**

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com os Juízes e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da Vara do Trabalho de Montenegro, das 14h às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes a essa Vara do Trabalho. Não compareceram interessados em se manifestar.

## **15 PRAZO PARA RESPOSTA**

A Diretora de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

## **16 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Titular, Glória Valério Bangel, pela Diretora de Secretaria, Joice Aparecida dos Santos Kreiss e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

**Beatriz Renck**  
**Corregedora Regional**